

ATA DA 4ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO  
CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA – 10ª REGIÃO – MG  
4ª SESSÃO ORDINÁRIA

Ao 9º (Nono) dia do mês de abril de 2024, realizou-se, de forma híbrida, a 4ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Regional de Economia – 10ª Região – Minas Gerais (CORECON-MG), com a participação presencial dos conselheiros e economistas: Valquíria Aparecida Assis, Carolina Rocha Batista, Gabriel Vaz de Oliveira Junior, Wallace Marcelino Pereira, Tania Cristina Teixeira, Alzira Alice de Souza, Ario Maro de Andrade, Lourival Batista de Oliveira, Beatriz Cavalcante de Oliveira Barros, Emmanuele Araújo da Silveira, Gelton Pinto Coelho Filho. A abertura dos trabalhos ocorreu às 18 horas e 30 minutos. Em primeira convocação, deu-se início à reunião. Com a palavra, a presidente Valquíria Aparecida Assis que presidiu a mesa, convidou para assessorar a plenária o gerente executivo Breno Leandro do Carmo Correa.

**I – EXPEDIENTE:**

**I-1 - APROVAÇÃO DA ATA DA 3ª REUNIÃO PLENÁRIA DE 12/03/2024:** Após a leitura da Ata, a mesma foi aprovada por unanimidade.

**1.2 – RESOLUÇÃO N 547/2024 DO CNJ – NOVOS REQUISITOS DA EXECUÇÃO FISCAL:** A procuradora Mariana Soares Rocha Vieira destacou que a Resolução nº 547/2024 do CNJ surge como resultado de um caso específico envolvendo um município de Santa Catarina, que levou uma execução fiscal ao STF com um valor inferior a R\$ 500,00. Esse processo levou o Supremo Tribunal Federal a revisar seu entendimento anterior, especialmente o tema 109 de 2011, que conferia aos municípios autonomia para determinar os valores das execuções fiscais, argumentando que o Judiciário não poderia intervir nesse aspecto devido à autonomia tributária municipal. De acordo com a procuradora, o STF, diante desse caso específico, reconsiderou sua posição e estabeleceu uma nova tese: execuções fiscais de baixo valor devem ser extintas, incentivando medidas administrativas de cobrança, como negociação, conciliação e protesto, antes do ajuizamento das execuções fiscais. A procuradora ressaltou que o STF não definiu claramente o que constitui um "baixo valor", deixando uma lacuna interpretativa. Falou que o CNJ, por sua vez, aproveitou essa decisão e, por meio de notas técnicas, informou que o custo médio de uma execução fiscal é superior a R\$ 9.000,00, determinando que execuções fiscais com valor de até R\$ 10.000,00 deveriam ser extintas se não houvesse movimentação útil ou se o devedor não tivesse sido citado dentro de um ano. A procuradora argumentou que o CNJ excedeu sua competência ao estabelecer essas normativas, uma vez que os conselhos profissionais são regulados por lei federal específica (Lei 12.514), que determina os valores mínimos a serem ajuizados. Ela sugere uma abordagem de diálogo entre os conselhos e o CNJ para discutir essas questões. Diante desse cenário, orientou que é necessário investir em negociações administrativas para recuperação de valores em aberto, além de intensificar os protestos, especialmente para dívidas de menor valor e mais recentes. A conselheira Tania Teixeira disse que na plenária do Conselho Federal de Economia, os conselhos expressaram indignação com a resolução do CNJ, pois isso dificulta a cobrança de valores importantes para sua arrecadação. Disse que a recomendação do Cofecon é organizar melhor a dinâmica dos protestos para agilizar a cobrança dos valores em aberto. Também disse, que está em curso uma iniciativa dos conselhos federais para apresentar essa pauta ao "COP" com o objetivo de encontrar uma solução para essa situação. Valquíria Assis disse que enquanto isso, é recomendado que os procedimentos de ajuizamento e protesto sejam mantidos, visando não perder os valores dos economistas que estão inadimplentes.

46 **1.3 – PRESTAÇÃO DE CONTAS MENSAL:** O Gerente Executivo, Breno Leandro, deu  
47 início à apresentação da prestação de contas mensal, começando com o demonstrativo de  
48 resultado e a análise da evolução das despesas e receitas até março de 2024. Ele destacou um  
49 aumento na arrecadação de R\$47.142,26 ao compararmos as receitas correntes de março de  
50 2023 com março de 2024. Disse que Graças aos avanços nos relatórios gerados pela BRC a  
51 partir de 2024, agora é possível identificar a origem das receitas. Breno Leandro mencionou um  
52 aumento significativo na receita da rubrica "renda de serviços administrativos", subindo de  
53 R\$1.849,55 em março de 2023 para R\$12.457,85 em março de 2024, atribuindo esse  
54 crescimento ao aumento no número de novos registros. Ele também informou que, da rubrica  
55 "receitas de dívida ativa", que totalizou R\$84.706,43, é necessário subtrair o valor repassado à  
56 procuradoria referente aos honorários advocatícios, totalizando R\$9.560,00. Breno destacou  
57 que, do ponto de vista das despesas correntes, houve uma redução ao comparar março de 2023  
58 com março de 2024, diminuindo em R\$22.730,21, principalmente devido à queda nas despesas  
59 com pessoal, material de consumo, serviços de terceiros e encargos. Ele concluiu afirmando que  
60 o resultado do exercício de março de 2024 registrou um superávit superior ao de março de 2023.  
61 Em março de 2023, o superávit foi de R\$439.184,74, enquanto em março de 2024, o superávit  
62 atingiu R\$492.388,19.

63 **1.4 – SEMINÁRIO DOS ESTUDANTES DE ECONOMIA DE MINAS GERAIS:** O  
64 Conselheiro Gabriel Vaz, responsável por coordenar a organização do Seminário dos Estudantes  
65 de Economia, prestou um relatório sobre o andamento dos preparativos para o evento, agendado  
66 para os dias 26, 27 e 28 de abril. Disse que o Seminário dos estudantes estava inicialmente  
67 planejado para ser sediado na Puc Minas, sede Praça da Liberdade, surgiram contratemplos que  
68 impediram sua realização. Disse que está buscando alternativas de locais para o evento.  
69 Informou que, o auditório da AFFEMG seria uma ótima possibilidade, uma parceira de longa  
70 data com o Corecon-MG. Além disso, falou que o Sindipetro, sindicato dos petroleiros,  
71 gentilmente ofereceu sua sede para acomodar os estudantes vindos de outras cidades. Gabriel  
72 também mencionou que está trabalhando em conjunto com o Gerente Breno na elaboração do  
73 planejamento orçamentário. Falou que o objetivo é maximizar a aquisição de novos patrocínios,  
74 como os do sindicato dos economistas e do conselho federal de economia, ao mesmo tempo em  
75 que se reduzir custos para viabilizar o seminário. Ele observou que os representantes do Corecon  
76 Acadêmico enfrentam dificuldades na elaboração do planejamento orçamentário. Gabriel  
77 elogiou os estudantes pela mobilização em todas as universidades do estado, destacando que já  
78 foram vendidos mais de 100 ingressos para o encontro. O tema do seminário será a economia  
79 mineira, e as palestras confirmadas incluem tópicos como os desafios e perspectivas para a  
80 economia mineira, políticas públicas e desenvolvimento econômico, regime de recuperação  
81 fiscal, a nova indústria e sustentabilidade, e o desenvolvimento das regiões de Minas Gerais.  
82 Disse que diversos palestrantes renomados, incluindo professores universitários e especialistas  
83 em economia, estão confirmados para participar do evento.

84 **1.5 – XXXVI PRÊMIO DE ECONOMIA:** Valquíria Assis informou que os preparativos para  
85 o XXXVI Prêmio Minas de Economia já estão em andamento. Disse que agendou uma reunião  
86 com o representante do BDMG, o principal parceiro do prêmio, para o dia 17/05, às 17 horas.  
87 Comunicou que Tania Teixeira e Francisco Horácio confirmaram presença para acompanhá-la  
88 na reunião e convidou o restante dos conselheiros e conselheiras que estiverem disponíveis para  
89 também participarem da reunião.

90 **1.6 – 59 ANOS DO CORECON-MG:** Valquíria mencionou que este ano marca o 59º  
 91 aniversário da profissão de economista no estado e está considerando a realização de um evento  
 92 comemorativo. Disse que inicialmente agendado para 13 de agosto, o evento seria sediado no  
 93 Centro Cultural do Banco do Brasil e incluiria premiação de economistas e instituições que  
 94 desempenharam um papel importante no desenvolvimento econômico de Minas Gerais. Ela  
 95 expressou sua intenção de convidar o Sindicato dos Economistas de Minas Gerais, a Associação  
 96 dos Economistas de Minas Gerais e a Associação de Economistas pela Democracia para  
 97 colaborarem na organização do evento de comemoração dos 59 anos da profissão. Valquíria  
 98 também mencionou que a Associação dos Economistas de Minas Gerais é responsável pela  
 99 organização do Prêmio Minas de Desenvolvimento e sugeriu que este prêmio poderia ser  
 100 realizado em conjunto com o evento de comemoração dos 59 anos. Para garantir uma  
 101 organização eficiente, Valquíria propôs a formação de uma comissão dedicada à coordenação do  
 102 evento.

103 **1.7 – SINCE:** Valquíria informou que o SINCE ocorrerá entre os dias 16 e 18 de outubro em  
 104 Camboriú. Solicitou que uma comissão levantasse pautas importantes para o Corecon-MG levar  
 105 ao simpósio. Os conselheiros Ario Maro, Tania Teixeira e Lourival Batista se disponibilizaram  
 106 para participar da Comissão. O conselheiro Lourival Batista sugeriu que avaliasse o que está em  
 107 nosso planejamento estratégico para auxiliar na elaboração das pautas para o SINCE. Tania  
 108 Teixeira mencionou a importância de abordarmos os novos requisitos para execução fiscal e a  
 109 implementação do curso de economia nos institutos federais em todo o país. Lourival  
 110 acrescentou que é pertinente discutirmos no simpósio a necessidade de o Sistema  
 111 Corecon/Cofecon fornecer suporte aos Corecons que enfrentam dificuldades financeiras.  
 112 Valquíria disse que consultou a comissão de contas para o orçamento de compra das passagens  
 113 para participação no Simpósio e ressaltou a importância de adquiri-las antecipadamente para  
 114 garantir melhores preços. Ela destacou a relevância da participação dos conselheiros e  
 115 conselheiras dada a importância do simpósio para o aprimoramento do sistema.

116 **II – ORDEM DO DIA:**

117 **HOMOLOGAÇÃO DE REGISTRO PESSOA FÍSICA E JURÍDICA:**

Nº DO REGISTRO	Nº DO PROCESSO	REGISTRADO
8708	294/2024	GABRIEL OLIVEIRA DUARTE
8709	299/2024	ÂNGELO DONIZETTI BARROS NUNES GOULART
8710	309/2024	EDSON AGAPITO VALADARES JUNIOR
8711	322/2024	ABRAÃO DA CRUZ TAVARES
8712	355/2024	CARLOS RENATO DE JESUS
8713	356/2024	FABIO HENRIQUE RESENDE FAJARDO
8697	268/2024	CAIO EDUARDO MASCARENHAS GIBBS
8715	376/2024	JOYCE OLIVERIA FRANCA

118 **DISCUSSÃO E HOMOLOGAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS DE REGISTRO,**  
 119 **CANCELAMENTO, SUSPENSÃO E REMISSÃO:** Debate e homologação dos deferimentos,  
 120 indeferimentos e diligências dos processos avaliados.

PROCESSOS PLENÁRIA - 09/04/2024			
PROC. N.º	REGISTRADO (A)	Nº DE REGISTRO	DECISÃO DA PLENÁRIA

084/2022	ADILSON LOPES CAMELO	8624	INDEFERIDO
222/2023	ADRIANA DA SILVA MARTINS	6780	DEFERIDO
164/2023 e 165/2023	ALESSANDRO VIEGAS MENDES	6466	DEFERIDO
087/2022	ALINE BATISTA RIBEIRO NARCISOES	8553	DEFERIDO
123/2023	ANA FLAVIA MACHADO	4000	DEFERIDO
072/2022	ANA RITA FERREIRA	5546	INDEFERIDO
070/2022	ANDREIA GOMES SANTOS REIS	7554	DEFERIDO
136/2023	ANTONIO AUGUSTO DE SOUZA LIMA	4989	CANCELAMENTO DEFERIDO; REMISSÃO DE DÉBITOS INDEFERIDO
132/2023	CLAVER ANTONIO FONTES VILELA	6173	DILIGÊNCIA
225/2019	CONNE CONSULTORIA DE NEGOCIOS LTDA	225	DEFERIDO
220/2019 e 068/2019 (apenso)	ELEONORA MOREIRA CARDOSO	8352	DEFERIDO
116/2022	GABRIELLE DE OLIVEIRA ARAUJO	7933	DEFERIDO
042/2021	GISELE BRUMANA DA SILVA	8067	DEFERIDO
083/2022	HELOISA MARCIA PIRES	2812	DEFERIDO
128/2023	INES BARRETO DE ALMEIDA	5358	DEFERIDO
131/2023	ISABELA ORSINI FRANCA	8576	INDEFERIDO
097/2021	MARCO AURELIO DA CUNHA RESENDE	8485	DEFERIDO
167/2023	MARCO TULIO SOARES	4051	DEFERIDO
166/2023	MARCO TULIO SOARES	4051	DEFERIDO
126/2023	MARIA LAURA DE RESENDE PAIVA	7348	INDEFERIDO
103/2022	MEIRE APARECIDA FERREIRA	7617	DEFERIDO
378/2017	RAFAEL GODINHO TEMPONI ALVEZ	7757	DEFERIDO
127/2023	ROBER PEREIRA ARAUJO	7977	DEFERIDO
104/2022	SERGIO PONTES CLARK	8213	DEFERIDO
124/2023	TAYANNE RENATA DE OLIVEIRA ARCEBISPO	8603	INDEFERIDO
113/2023	MARCIO DE SOUZA COSTA	3504	DEFERIDO
	MAURICIO THOMAZ DE SENNA	5131	
	JOSIAS CANTUARIA CARNEIRO	3850	
	MIRIA MIRANDA DE FREITAS OLETO	1382	
	MARIA INES CASERTA SCATENA	7488	
	MARCO PAULO QUINTELA MEDEIROS	2539	
	RUI WAGNER DE SOUSA	1973	

IRINEU RAIMUNDO AFONSO	5854
REGINALDO NOVAES DE ANDRADE	5721
SUZANA QUINET DE ANDRADE BASTOS	2850
AGLAI GERALDO DE AQUINO	2753
DIOMIRA MARIA CICCII PINTO FARIA	2887
JOSELIA BARBOSA MIRANDA	4361
MARLUCE AVILA DE OLIVEIRA	4967
RONALDO MARCELINO FONSECA	3094
SEBASTIAO PAIVA SOARES FILHO	1296

114/2022	LIBRRA CONSULTORIA E REPRESENTAÇÕES DE NEGOCIOS LTDA	291	DEFERIDO
----------	--	-----	----------

121 **ENCERRAMENTO:** Na sequência, às 21horas, a presidente encerrou os trabalhos, dos quais  
 122 eu, Breno Leandro do Carmo Correa, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, vai  
 123 assinada pela senhora presidente, pelos conselheiros e por mim, presentes na sessão plenária de  
 124 09 de abril de 2024.

Valquíria Aparecida Assis  
Presidente

Carolina Rocha Batista  
Vice-presidente

Alzira Alice de Souza  
Conselheira Efetiva

Ario Maro de Andrade  
Conselheiro Efetivo

Lourival Batista Oliveira  
Conselheiro Efetivo

Emmanuele Araújo da Silveira  
Conselheiro Efetivo

Beatriz Cavalcante de Oliveira  
Conselheira Efetiva

Tania Cristina Teixeira  
Conselheira Suplente

Wallace Marcelino Pereira  
Conselheiro Suplente

Breno Leandro Carmo  
Gerente Executivo

Gabriel Vaz de Oliveira  
Conselheiro Suplente

Gelton Pinto Coelho  
Conselheiro Efetivo



125